



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº13/15

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Realizada 20 de novembro de 2015

Aos vinte dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal do Barreiro, com a seguinte Ordem de Trabalho:

3 PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.8 AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO DA QUINTA DO BRAANCAMP;
- 3.9 AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO- PARA CONCRETIZAÇÃO DE DIVERSOS INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL;
- 3.10 GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO BARREIRO PARA 2016;
- 3.11 PLANO DE ACTIVIDADES, ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO BARREIRO PARA 2016.

Verificada que foi a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelas 21, 30 horas, registando-se a presença de 30 deputados municipais.

O Executivo Camarário esteve representado pelo Senhor Presidente Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho e pelos Senhores Vereadores, Sofia Amaro Martins, Regina Célia Gonçalves Agostinho Janeiro, Rui Pedro Gaspar Lopo, Sónia Isabel Oliveira Lobo, Marcelo Correia de Sousa Moniz, Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa, Dino Miguel Vilelas Soares e José Manuel de Oliveira Soares.

A Mesa é composta pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Frederico Fernandes Pereira, pelo primeiro Secretário Vítor Manuel Batista Ribeiro dos Santos e pela segunda Secretaria Ana Maria Rodrigues Gomes da Silva.

O Senhor Presidente da Mesa fez a leitura dos pedidos de substituição que foram feitas pelos deputados municipais, ao abrigo do artigo 78º da lei 169/99 de 18 de Setembro, revista pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Alexandra Silvestre é substituída por Hélder Loução
- Amílcar Romano é substituído por Filipa Pinto
- Madalena A. Pereira é substituída por Maria João Dias
- Carlos Guerreiro é substituído por David Rodrigues
- Mário Durval é substituído por Manuel Sabino

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, faz uma proposta no sentido dos pontos da Ordem de Trabalho nºs 3.8 e 3.9 serem discutidos em conjunto.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, diz que a sua proposta foi aceite.

3.8 AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO DA QUINTA DO BRAANCAMP;

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 27 votos a favor, 16 da CDU, de 5 eleitos do PS, 2 do BE, 2 do PSD, 1 do PCTP/MRPP, 1 do MCI e 3 abstenções de eleitos do PS, a deliberação proposta pela Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo A**”.

3.9 AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO- PARA CONCRETIZAÇÃO DE DIVERSOS INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL;

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 19 votos a favor, 16 da CDU, 2 do BE e 1 do MCI e 11 abstenções, 8 do PS, 2 do PSD e 1 do PCTP/MRPP, a deliberação proposta pela Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Lobo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo B**”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – apresenta o documento em apreço.

Elenca as pretensões da câmara para justificar a aquisição da quinta do Braamcamp e algumas das intervenções a realizar.

Para a contratação do empréstimo a câmara tem capacidade de endividamento. O empréstimo visa fundamentalmente complementar a verba de fundos municipais para investimentos que são apoiados por fundos comunitários.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No âmbito do pacto tem de fundos comunitários para equipamentos educativos de 1,150 milhão, para intervenção em edifícios municipais ao nível da eficiência energética, de 250 mil euros. Incluem mais um milhão naquele empréstimo que se destina a novas instalações municipais oficiais e que não tem comparticipação de fundos comunitários. No âmbito do Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano Sustentável, uma intervenção nas áreas de regeneração urbana em zonas desfavorecidas, com um financiamento de 923 mil euros, uma intervenção na área da mobilidade suave e inteligente, com um financiamento de 1,095 milhão e por último, propõem utilizar 700 mil euros em áreas de intervenção de águas e saneamento, distribuídos por intervenção no Lavradio na Rua Carcamo Lobo, de 400 mil euros e o resto seria para apoiar o financiamento que é a 85%, ao nível do POSEUR.

O Deputado **André Pinotes** do PS, ao longo da apresentação daqueles processos de aquisição de património, de opções importantes para o futuro do Barreiro, e do esgotar a capacidade de financiamento permitida à autarquia. Da leitura política que fazem faz um reparo sobre a disponibilidade de lhes facultarem informação tem sido crescente mas, muito controlada para poderem ter uma discussão que os ajude a acompanhar a câmara naquelas importantes decisões.

A Deputada **Apolónia Teixeira** da CDU, faz algumas considerações à proposta, aos seus fundamentos e ao seu significado.

A matéria que vão discutir tem importância decisiva para o concelho e para os barreirenses.

A proposta apresentada pela câmara fundamenta a sua essência numa estratégia de desenvolvimento para o Barreiro que o atual executivo tem vindo a consolidar. Os passadiços, o acesso à praia, a aquisição do moinho de maré e agora a aquisição da Quinta do Braancamp e do barco da muleta.

São 21 hectares de território que contemplam uma área Ribeirinha privilegiada até então espaço privado, abandonado e degradado que amanhã espaço público é devolvido à população do Barreiro garantindo-se a sua recuperação, com áreas de lazer e desporto, para que toda a população e especialmente os mais jovens dela disfrutem.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, Questão à mesa.

No sentido de precisar exatamente sobre os pontos 3.8 e 3.9, quais as matérias que estão sujeitas a deliberação.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A questão que coloca à deputada Apolónia Teixeira sobre o processo que é caracterizado como o de valorização do território de Alburrica e que é muito entusiasmante, principalmente para quem nasceu e viveu naquela zona do concelho. É em que é que é importante designadamente em termos de criação de emprego e de captação de mais habitantes para o Barreiro.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, quanto à questão colocada prestou os seguintes esclarecimentos. Quanto ao ponto 3.8, trata de duas questões, uma é a aquisição da Quinta do Braancamp, onde é obrigatório que a Assembleia se pronuncie por o valor ser superior a 500.000 mil euros e a outra é a autorização para a consulta a instituições financeiras para a contratação de 3 empréstimos.

O ponto 3.9 é a consulta a instituições financeiras para a contratação de empréstimos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – O que está a ser decidido é comprar a Quinta, autorizar a câmara a negociar três empréstimos e autorizar a câmara a realizar aqueles investimentos. De acordo com a nova legislação tem que ser trazido por duas vezes à Assembleia. Primeiro a autorização para negociar e depois o empréstimo em concreto.

A Deputada **Apolónia Teixeira** da CDU, em resposta ao deputado Vítor Nunes, diz que se criarem condições na sua terra, valorizando a história, valorizando património, recuperando os espaços, melhorando as zonas verdes, melhorando os acessos, criando passeios, criando ciclovias, dinamizando a atividade desportiva, de lazer para toda a população, criam-se condições para que o Barreiro se torne competitivo. Para além de fixar os jovens do Barreiro, permite que os outros venham e também ali se fixem.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, está muito confusa com o que está a ouvir. A apresentação feita pelo presidente da câmara é pouco coincidente com a maneira como leem a documentação. Como na comissão de finanças o que lhes foi apresentado também não coincide nem com uma coisa nem com outra.

Ficou, desagrada com a forma como foi tratada.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor **Presidente da Assembleia**, quanto ao ponto 3.9 a câmara delibera autorizar a consulta a instituições financeiras para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo. Ao que se seguem os fundamentos para esse empréstimo.

No ponto 2 da mesma proposta diz “que uma vez que os investimentos preconizados são superiores a 10% das despesas de investimento previstas no orçamento... deverão os mesmos ser submetidos a aprovação da Assembleia...”.

A 3.8 é a mesma coisa com a diferença que tem a aquisição da Quinta. Primeiro autorização para a aquisição, depois vem os pedidos de empréstimo

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, pede esclarecimento.

Estão a ser discutidos 2 pontos, o primeiro é a autorização da aquisição da Quinta do Braamcamp, que inclui os empréstimos. Na Ordem de trabalho não está um ponto que seja para autorizar a aquisição de um empréstimo para a Quinta do Braamcamp.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, efetivamente o ponto tal como está na Ordem de Trabalho pode suscitar essa questão. Mas a proposta concreta para esse ponto 3.8 é a que está em poder dos senhores deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – É evidente que todos percebem o que estão a discutir.

Independentemente do título que a proposta têm, todos conhecem o conteúdo. O que gostava é que cada um viesse para ajudar a construir propostas e que cada um afirmasse as suas diferenças de opinião, porque essa é a razão da democracia.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, faz um protesto.

O senhor Presidente da câmara tomou como sua, uma interpretação do que disse e do motivo que a leva a fazer perguntas. Não está habituada a que o Presidente da câmara insulte as pessoas e muito menos a si sem qualquer motivo.

O motivo da confusão é que deveriam ser duas propostas e não só uma.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – uma coisa é o respeito que tem que ter uns pelos outros. Outra coisa é o debate político. Sobre o debate político não o condicionam.

O que entende que está a ser feito é não ir ao fundo da questão. Estão a desviar a atenção para o que é perfeitamente acessório.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, a dúvida surgiu não com a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, mas com o agendamento que a mesa fez.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, o que está na Ordem de Trabalho corresponde ao que foi apresentado pela câmara. Independentemente de cada um individualmente se pudesse propor um nome poderia ser mais convincente com a proposta em concreto. O facto é que esta proposta que assim se chama tem todos aqueles pontos que ali já foram explicados. Foi entregue a todos a seu devido tempo e todos conheciam o conteúdo da proposta.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, na primeira proposta é o conjunto balizado pela Quinta do Braamcamp.

É importante que o município preste também um pouco de homenagem às associações de defesa do património.

A proposta está suficientemente pormenorizada.

Na segunda proposta a questão dos empréstimos tem que ver com a necessidade do desenvolvimento que só pode ser feito com investimento local e que se vá obter em termos de financiamento através dos quadros comunitários.

O rigor no cumprimento dos empréstimos permitiu terem uma capacidade de endividamento. Os empréstimos pretendidos vão ser diluídos num prazo de 20 anos bastante amplo, que não vai penalizar as finanças da câmara.

Pela natureza dos empréstimos e por imposição legal têm que dizer para que é que servem ou para que é que se vai pedir o dinheiro.

Estão no arranque de um processo, ainda não estão a deliberar nada em termos da conclusão desse processo. O que se pede à Assembleia é se concordam com o início daquele procedimento em termos bancários e no caso da quinta implica também a sua aquisição.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, já foi colocada a importância e também já foi explicado o que está em discussão.

O período de carência vai permitir que acabem de pagar alguns dos empréstimos que a câmara tem e podem ser substituídos por aqueles.

Aquelas aquisições e aquelas valorizações também contribuem para a economia social e para a economia local.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Enquanto noutros sítios não havia criação de emprego, aqui apesar da destruição que houve, também teve criação de emprego motivada pelos incentivos dados pelo município do Barreiro.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, o quadro apresentado no Orçamento explica que daqui a dois ou três anos, vai desaparecer um serviço da dívida conexo com os financiamentos dos programas, “Pagar a Tempo e Horas” e de “Regularização Extraordinária de dívidas”. O que poderia significar que com aqueles novos empréstimos não haveria um agravamento de tesouraria.

Com estes empréstimos passa a existir um esgotamento da capacidade de endividamento do município para 20 anos. Provocando um condicionamento forte dos próximos mandatos.

Têm a obrigação de escrutinar com o maior rigor possível a qualidade estratégica dos investimentos. Existem investimentos com os quais intuitivamente simpatiza.

Os deputados municipais têm pouca informação quanto a alguns daqueles investimentos.

Pede que em relação às outras matérias lhes indiquem o que está projetado o mais possível ou seja, equipamentos educativos a quais é que se referem, onde e porquê. E colocada iguais questões a todos eles. Para votar em consciência precisa de saber do que se trata.

Pergunta se a muleta vai ser fabricada no Barreiro.

O Deputado **André Pinotes** do PS, a dimensão afetiva que existe deve-os levar a um cuidado especial na forma como aquele assunto é tratado.

É muito difícil para quem tem por competência legal a fiscalização da atividade do município poder deliberar sobre matérias sobre as quais lhes falta manifestos dados.

Muitas das coisas que estão nos pedidos de consulta para empréstimos tendencialmente até estão de acordo com elas. A responsabilidade ao votarem a proposta é absoluta.

Não tentem fazer parecer que uma coisa que nem estava nas Grandes Opções do Plano é uma visão estratégica que corresponde a uma reflexão profundíssima.

O Barreiro está em contraciclo quando é um dos piores municípios no *ranking* da competitividade, na área Metropolitana de Lisboa na parte que é do distrito de Setúbal, onde quase todos os municípios aumentam a população e o Barreiro estagna, quando perdem capacidade de atração das camadas mais jovens.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Solicita ao deputado Paulo de Deus, a que criação de empregos se referia no Barreiro e que os quantifique.

Com aqueles dois empréstimos vão limitar muitíssimo a capacidade de endividamento quase ao ponto de não terem capacidade de endividamento e isso reveste de especial relevo aquele investimento. Era importante que o Presidente da Câmara lhes pudesse dar aquelas informações.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, faz um pedido de esclarecimento.

Pergunta se o deputado leu os documentos referentes ao Orçamento. Onde está escrito na parte Educacional o que se pretende fazer com a EB nº3. As questões referentes ao Nicola.

O Deputado **André Pinotes** do PS, quem colocou a tónica da discussão da dimensão estratégica foi antes de mais o preambulo da proposta e em segundo lugar a intervenção da deputada Apolónia Teixeira.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, o ponto da Ordem de Trabalho não foi o ideal, a proposta demonstra no conteúdo e bastava as duas partes terem reconhecido isso e ultrapassavam bastante tempo de discussão sobre esse assunto.

A ideia de aquisição da quinta é uma ideia filosófica interessante, diria para quase qualquer um barreirense.

Como é que se chegou ao valor dos 2,900 milhões de euros.

Qual é o valor patrimonial do imóvel e se existem relatórios de avaliação.

O proprietário do terreno e o Millenium, gostaria de saber se existe a possibilidade deste concorrer ao financiamento que pretendem que se autorize.

Quais são os encargos previstos, anuais com os empréstimos.

O que é que o PDM prevê para aquela zona.

A resposta do esgotamento do endividamento é pertinente porque poderiam pensar que a câmara está a honrar-se no próximo mandato seja de quem for, com mais dez milhões de empréstimos.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, têm que ter a noção que ao longo do tempo, foram libertando capacidade de endividamento. Nos documentos que lhes foram patentes existe sempre a indicação de qual a limitação do endividamento.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Coloca a questão ao contrário, criaram capacidade de endividamento e não o investem em desenvolvimento para o Barreiro.

Se forem aos documentos do orçamento, às GOP está lá uma coluna de verbas não definidas com muitas das questões onde querem fazer reforços, por exemplo da escola nº3 das águas e dos resíduos, das cordoarias.

O esgotamento da capacidade vai-se libertando todos os anos a uma média de dois milhões e meio, se os juros continuarem como estão.

O Deputado **André Pinotes** do PS, uma das reflexões que fizeram foi se tivessem essa folga o que é que fariam com ela.

Não disse que pelo facto de se esgotar a capacidade de endividamento era *persi* um drama. O que disse é que essa situação os escrutinava a elas para terem muita atenção com o que estava a ser feito.

Com a informação que lhes fornecem não podem ser destrutivos, nem construtivos. Tem informações que não partilham com eles. O espaço de contributo que o Partido socialista podia dar está altamente diminuído.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, quer uma resposta da câmara e não dos senhores deputados da CDU, para poder apreciar devidamente.

Foram falados e descritos investimentos para o Lavradio, Alto do Seixalinho e Barreiro, mas não ouviram nada para a Verderena, Santo André, Coina, Palhais e Santo António.

Querem saber onde estão localizados, quais são o que é que está projetado.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, esteve na mesma reunião de comissão que os outros senhores deputados estiveram ouviu pela boca da senhora Vereadora aquilo a que correspondiam todas as propostas que ali estão. Ninguém ali pode dizer que não conhece o seu conteúdo. Será que não ouviram lá que se tratava da escola na rua 20 de abril, quando se fala na proposta nos equipamentos escolares.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, reforça dizendo que na reunião da Comissão o Vereador Rui Lopo explicou como se tinha chegado aos 2,900 mil para a aquisição da Quinta. Referiu inclusive o valor de partida que o banco apresentou. Falaram na falta do relatório de avaliação e os dois vereadores disseram que ele tinha sido pedido e que o aguardavam.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, diz que talvez tenham informações privadas, que têm em reuniões de comité central. Há informações que não foram prestadas e há outras que tendo sido, na falta de relatório de avaliação e de um critério objetivo para valorizar um terreno que se decida comprar e depois logo aparece um relatório a justificar.

A Deputada **Maria João Dias** do PS, esteve na Comissão de Finanças, mas deve de ter sido numa um pouco diferente de algumas pessoas que ali estiveram.

Segundo o que se lembra não foi esclarecido. O Vereador disse que há muito tempo que andam a negociar, que inicialmente eram nove milhões e que terminaram nos 2,900 milhões que **era** o valor que o banco estava a solicitar.

Foi perguntado o valor patrimonial mas não ficaram esclarecidos. Perguntaram pelo relatório e nada foi conclusivo.

O Deputado **André Antunes** do BE, quer reforçar o que foi dito.

Pedem para votar uma coisa e não há informação suficiente. Nem ali nem na Comissão foram suficientemente esclarecidos para poderem deliberar sobre algumas daquelas coisas.

Quer colocar uma questão que é sobre os postos de trabalho destruídos e os criados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – De acordo com as normas de cálculo de endividamento, têm cinquenta milhões de capacidade de endividamento. Há uma limitação na lei que diz que não podem utilizar mais de 20% da capacidade de endividamento. E por isso dizem que é 10 milhões.

O cálculo de endividamento está constantemente em mudança de acordo com a análise das contas.

Entre empréstimos e acordos de pagamento em 2015 ainda vão abater um milhão, em 2016 quatro milhões, em 2017 dois milhões e seiscentos mil. O que soma entre 2015 e 2017, um abatimento de 7,600 milhões.-

Optaram por não ir mais longe porque quando pedem um empréstimo tem que dizer para o que é e não lhes convém naquele momento. Quando for a concretização do empréstimo, convém terem uma margem de manobra para aí irem ao concreto.

Uma coisa é dizerem que são equipamentos educativos, outra é dizerem naquele momento a discricção do equipamento. Podem dizer aos deputados o que pensam, mas do ponto de vista formal só quando trouxerem o pedido de empréstimo.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Elenca pormenorizadamente onde pensam aplicar o dinheiro do empréstimo caso se concretize.

O PDM prevê para aquele espaço 184 fogos e o que disse foi que se comprassem a quinta o objetivo era, que aquele espaço fosse fundamentalmente público.

Têm uma avaliação feita por técnicos que lhes diz que a quinta tem um valor patrimonial de cerca de três milhões. Há cerca de sete ou oito anos que andam a negociar com o banco BCP, o valor passou de nove milhões da proposta inicial para aquele que está na proposta.

O banco a quem vão comprar pode concorrer ao empréstimo em pé de igualdade com as outras entidades.

O Barreiro tem uma importantíssima frente ribeirinha que vai da Barra-a-Barra a Coina, na sua opinião deve de ser recuperada como um todo. É preciso construir sistematicamente e paulatinamente mas também de forma muito empenhada e abnegada a recuperação daquela frente ribeirinha.

A aposta que estão a fazer na zona ribeirinha, não é uma aposta na freguesia do Barreiro é uma aposta do concelho do Barreiro.

Na sua opinião existe estratégia que vai sendo construída e que hoje se encontra mais apurada do que o que já esteve no passado.

Uma das maiores riquezas que a área Metropolitana tem é o Tejo, é preciso que todos os municípios e o País olhem para o Tejo de outra forma. O Tejo não é um elemento que os separe antes pelo contrário é um elemento de união fundamental dos concelhos ribeirinhos das duas margens.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, o estuário do Tejo é lindo e um dos maiores da Europa. Tem que ser realistas a proposta aponta para aquisição da Quinta do Braamcamp que todos conhecem. A reação natural de quase todos os barreirenses é de que se compre a Quinta. Mas nem todos são gestores da coisa pública nem todos tem a responsabilidade e o privilégio de ir ali decidir. Quem decide têm que exigir informação, porque se trata de investimento público e com dinheiro emprestado. É isso que está em questão.

Estranha porque é que a proposta não traz a caderneta predial e o relatório de avaliação.

A muleta que é uma ideia interessantíssima não tem neste momento histórico de construção de muleta em Portugal, como é que chegam àquele valor. Pediram a algum estaleiro com capacidade para a fazer, uma estimativa para chegarem àquele valor.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PDM prevê para lá a construção de 184 fogos em termos futuros qual é a perspetiva.

O terreno é grande, que tipos de equipamentos lá vão pôr. Como chegaram ao valor de 1, 8 milhões para a limpeza daquilo.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, dando continuidade ao que o seu camarada foi perguntar é natural que queiram saber para que é que vão comprar a Quinta do Braamcamp. Não há-de ser só para passearem lá de um lado para o outro. Porque só isso não traz nem desenvolvimento, nem cultura, nem coisa nenhuma.

É interessante porque veem melhor o rio, chegam lá melhor mas querem saber se já têm em vista, algum parceiro, quanto é que vai custar o que se pensa lá fazer. Qual é o plano que têm, para aquele local. Que é que lhe vai acontecer na revisão do PDM, visto que neste momento lá se encontram previstos 184 fogos. Quais as atividades que pensam que lá se vão desenvolver naqueles cerca de 20 hectares.

Só tem estado a falar no empréstimo para a aquisição mas depois de adquirida tem manutenção, utilização. É preciso perceber quanto é que vai custar depois aquilo que pensam lá fazer.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, um terreno na Penalva custa cerca de 100 euros o m², ali estão a falar de 13 euros o m², só para terem uma ideia comparativa.

Percebe a agitação do Partido Socialista porque também foram unânimes em dizerem que a aquisição da Quinta do Braamcamp, era uma mais-valia.

O que se percebe é que aquele é um grande projeto, após aprovação em câmara e que se tornou público toda a gente valorizou. Houve uma satisfação generalizada e este é que é o problema do Partido Socialista e do PSD. É a política d aterra queimada, quanto pior melhor.

Com a CDU enganam-se porque têm projeto e uma visão de futuro.

O Deputado **Manuel Sabino** do BE, esta acabou por ser uma discussão escusada.

Este é o problema das maiorias. A proposta não devia de ser só um “blá...blá”. O que o Presidente ali foi dizer, não tudo, mas devia de vir mais fundamentado, seja como anexo, seja como for. Assim só teriam que depois discutir questões de pormenor.

O que estão a discutir, é se vão pedir uma simulação de empréstimo.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **André Antunes** do BE, reforça o que o camarada Sabino acabou de dizer.

Crê que todos para discussões futuras e em matérias tão importantes como aquela passe a haver uma consistência e uma clareza na informação.

A bancada do bloco de Esquerda é a favor da recuperação de património tão importante para o Barreiro e que estava ao abandono. Pensa que naquela discussão isso nunca esteve em causa. A forma é que sim.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, expressa as suas preocupações quanto à sustentabilidade daquele investimento da aquisição da quinta do Braamcamp. Os encargos na manutenção com a limpeza e com a segurança no futuro, para aquele espaço.

Quanto ao outro empréstimo tem a impressão que o município decidiu beneficiar dos fundos europeus. Felizmente que o governo negociou e podem vir a ser aproveitados pelo Barreiro. Mas o que ali está em causa é o aproveitamento de fundos para aproveitar fundos. E foram essas situações que conduziram o País à bancarrota há dois ou três anos atrás. Queria evitar um novo PAEL para o Barreiro. Não vê nenhuma visão estratégica subjacente àqueles investimentos. Embora simpatize com alguns e não entenda outros. E não entende o tratamento diferenciado entre as diversas áreas do município.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – relativamente à quinta do Braamcamp ficou claro o que disse. Só quer reafirmar duas coisas é que deve ser no fundamental espaço público e de lazer, de fruição pela população daquela excelente frente de rio. Ponderam, desencadear ações de reflexão e de participação sobre o futuro do território e depois disso as ações concretas que farão no imediato.

Relativamente ao futuro e para além daquelas ações imediatas, reconhecem pela importância que tem que é preciso ouvir a população, os interessados e é isso que vão fazer.

Quanto ao segundo empréstimo quando voltar à Assembleia tem que discriminar quais as obras em concreto a que se destina. Naquele momento da proposta não poderia constar detalhes, pelos motivos que já tinha referido de margem de manobra.

Todas as perguntas que lhe fizeram, respondeu. Deu a informação inicial que achou como suficiente para desencadear o debate.

Não podem é dizer que a câmara está a optar por uma zona do Barreiro em prejuízo de outra. O que está a ser feito, são empréstimos para atividade. Não estão a aprovar



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os planos e orçamentos dos próximos anos. A câmara não se limitará a ter aquela intervenção, há-de ter outras. É preciso efetivamente terem equilíbrios. Os equilíbrios não pressupõem um abandono da estratégia. Às vezes a oportunidade não é coincidente com a prioridade. É esta resiliência que também é preciso ter na opção pelos investimentos.

O Barreiro está em condições de recorrer a fundos comunitários que lhe podem, trazer investimentos à volta de 20 milhões. Entre fundos comunitários, fundo perdido e fundo próprio, nos quatro anos de 2016 a 2020. Mas a câmara pode não ter capacidade para no curto prazo recorrer a este investimento sem recorrer a empréstimo.

Recorrer a empréstimo não é nenhum erro, desde que seja feito de forma sustentável, segura, e sem por em causa o futuro.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, propõe que dividam a votação da proposta em duas votações, por serem ações diferentes. Uma é a aquisição da quinta e a outra é a contratação de três empréstimos.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, a proposta é um conjunto difícil de ser dissociado, só tendo uma proposta na mesa é assim que a têm que votar.

DECLARAÇÕES DE VOTO:

A Deputada **Zélia Silva** do PS, faz uma declaração de voto.

“A declaração de voto que gostaria de deixar expressa, é que neste caso as três deputadas, porque fomos três mulheres, as três deputadas do PS que se abstiveram no documento, no ponto 3.8 da Ordem de Trabalhos. A sua posição deve-se ao facto de estando claramente a favor da compra da Quinta do Braamcamp, terem considerado não estarem clarificadas as posições e as informações na documentação. Não ter sido claro, aqui na Assembleia Municipal as explicações que foram dadas ou que deliberadamente não foram dadas ou não foram dadas atempadamente, por uma questão que não se compreendeu qual é que foi, atendendo à forma desusadamente mal-educada como fomos tratados.

E também clarificar que na Comissão de Finanças as explicações que foram dadas, foram insignificantes para aquilo que foi aqui dito e não é verdade que



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenham sido claros na Comissão de Finanças sobre as questões que aqui foram colocadas.

Foi nos dito que a documentação estava ainda em estudo, que ainda não se sabia qual era o valor que estaria apurado e não é verdade que a documentação nos foi apresentada ou que nos foi indicado quais eram os valores.

Consideramos ainda que não está claro em nenhuma parte do documento o que é que vai ser feito com a aquisição possível da Quinta do Braamcamp. E volto outra vez a dizer, manifestando nós interesse em que essa Quinta seja da propriedade do município, pensamos que é fundamental saber o que é que vai ser feito na Quinta, quando e a que preço. Isto é, quais são também os custos envolvidos ao longo dos anos na sua manutenção, na sua utilização. Porque como dissemos também atempadamente, não basta comprar é preciso depois conservar, manter e produzir algo para que as pessoas possam utilizar e que tenha ela própria também, alguma mais-valia para a Cidade que não seja só, o chegarmos mais depressa ao rio.”

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, faz uma declaração de voto.

“Votámos favoravelmente a aquisição da Quinta do Braamcamp, a realização das obras, a aquisição da embarcação e o início do processo de contratação do financiamento correspondente, porque achamos que é um investimento de simbólica importância para o Barreiro, que se devidamente aproveitado pode ter um potencial muitíssimo interessante, mas queríamos aqui expressar o nosso receio e recomendar que haja muita atenção na sustentabilidade do investimento, porque se vão levantar problemas delicados seguramente de financiamento da manutenção, da limpeza, da segurança, de toda aquela área e essa é uma preocupação que todos nós devíamos ter. Não tenho a certeza absoluta que este investimento esteja enquadrado estrategicamente, que a sua viabilidade financeira futura esteja documentada e estudada, daí que tenhamos um receio sério apesar de sermos, muitíssimo favoráveis a esse sonho. Não queremos é obrigar ninguém a alinhar nos nossos sonhos, que é uma coisa diferente.

Relativamente à outra proposta é difícil de votar apesar de simpatizar com alguns dos valores que aparentemente serão prosseguidos através de alguns destes investimentos. Designadamente na área da educação, designadamente no reforço das nossas infraestruturas das águas e do saneamento e haverá mais. Mas não estão identificados os investimentos em concreto, não está enunciada a necessidade efetiva da realização desses investimentos. E a aparência que se nos dá é que se vão fazer esses investimentos para aproveitar



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fundos existentes e vai se contrair um financiamento para financiar na maior parte dos casos em 50%, cuja necessidade é discutível. Aqui temos bastante dificuldade em votar a favor e por isso nos abstermos.

Uma última nota para lamentar e na sequência de uma observação que o senhor presidente da câmara, fez, um bocadinho inesperada e fora do contexto, no final da última sessão da Assembleia Municipal, de que havia crispação na Assembleia Municipal. Eu venho dizer que hoje lamento também ver esta crispação que não entendo e que lamento entre pessoas que tenho a certeza absoluta que se estimam e que se respeitam. Particularmente entre pessoas da CDU e do PS, ainda por cima quando na última sessão o senhor Presidente da câmara, também se declarou simpatizante do Partido Socialista, eu aqui assim, queria lamentar.”

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, face ao adiantado da hora o Partido Socialista diz que vai apresentar uma declaração de voto por escrito.

3.10 GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO BARREIRO PARA 2016;

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 17 votos a favor, 16 da CDU e 1 do MCI e 13 contra, 8 do PS, 2 do PSD, 2 do BE e 1 do PCTP/MRPP, a deliberação proposta pela Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Lobo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo C**”.

A VEREADORA SÓNIA LOPO – Apresenta a proposta.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, propõe que as propostas da câmara ponto 3.10 e 3.11, sejam discutidas em conjunto.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, informa que de forma consensual a aceitaram discutir as duas propostas 3.10 e 3.11 em simultâneo.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.11 PLANO DE ACTIVIDADES, ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO BARREIRO PARA 2016.

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 21 votos a favor, 16 da CDU, 2 do PSD, 2 do BE e 1 do MCI e 9 abstenções, 8 do PS, e 1 do PCTP/MRPP, a deliberação proposta pela Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pelo Senhor Vereador Rui Lopo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo D**”.

O VEREADOR RUI LOPO - Apresenta a proposta.

DISCUSSÃO CONJUNTA DOS PONTOS DA O.T. 3.10 e 3.11:

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, espera que a informação relativa ao anuário dos municípios, seja uma constante.

Podem reconfirmar que a taxa média aplicada de IMI nos outros concelhos é inferior à aplicada pelo Barreiro. A média é 0,36 e no Barreiro é 0,4.

Aparentemente o orçamento é menor do que no ano anterior em cerca de 2%

Não viu vertido no Orçamento os 10 milhões de financiamento, pede esclarecimentos.

O Deputado **Manuel Sabino** do BE, na rubrica dos outros, por exemplo no 04.01...., gostava que lhe explicassem o que querem dizer com “outros trabalhos especializados”, uma vez que corresponde uma verba de 3.821.130, e que lhe parece muito dinheiro para “outros”.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, refere-se ao enquadramento do documento e às contribuições dadas pelos excertos da Associação Nacional de Municípios e sobre a Universidade do Minho e da equipa que prepara todos os anos o anuário financeiro dos municípios portugueses. Este ano esta equipa a apresentou um trabalho ainda muito “embrionário” sobre as juntas de freguesia.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **André Antunes** do BE, quer mais uma vez expressar a sua não compreensão à não adesão ao Orçamento Participativo. Porque para si permite diminuir a distância entre as pessoas e os órgãos e aumenta a transparência dos processos.

Gostaria que lhe explicassem na rubrica para a Associação de Municípios de Setúbal qual a natureza do montante de 218 mil euros.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, este orçamento tem algumas condicionantes e ao contrário de um número já significativo de autarquias não tem a participação direta dos Cidadãos.

É necessário continuar a apostar no desenvolvimento económico do Concelho e com resultados efetivos.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, o orçamento do Estado ainda não está aprovado, mas também não é necessário porque tem verbas suficientes, isto é uma mentira. No sentido que o Orçamento de Estado é fundamental para todos os municípios, na definição de determinados indicadores. Antes de serem aprovados os Orçamentos dos Municípios devia de ser aprovado o Orçamento de Estado.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, sobre os Transportes Coletivos do Barreiro, pergunta como se define e que perspetiva para o futuro a comparticipação do município da Moita. Se existe a possibilidade de alargar o serviço a outros concelhos.

Qual é o risco que pode decorrer do litígio com o TST.

Não existe nenhuma tarifa especial para Escolas e Associações do concelho da Moita, gostaria de saber se isso é possível.

O município contraiu um financiamento de 10 milhões de euros e não foi contemplada nenhuma verba para a requalificação da frota dos TCB, o que pensa o senhor Vereador.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O documento fala sobre a normalização da transferência das participações por parte do governo. Face a uma indesejável mas possível mudança para um governo de frente esquerda, o Barreiro está expectante que essas participações possam crescer bastante.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, relativamente ao documento apresentado e quanto à estratégia e aos objetivos é bastante descritivo.

Regozijam-se com dois temas apresentados pelo senhor Vereador que é o Estudo de Sustentabilidade Económico, Ambiental e Social. Outro tema importante é o da Certificação da Qualidade e Ambiente.

Este documento não tem, referências a consumos, a quilómetros percorridos.

Sobre o Tema da Formação não vê nada.

O Deputado **André Pinotes** do PS, quer elogiar a forma como está estruturado o documento. O esforço de tentar introduzir as tecnologias ao serviço da operação no sentido de a melhorar e de a tornar mais eficiente.

Na página 4 fala-se de valores que ainda são devidos. Gostaria de saber se podiam quantificar e qual é a natureza.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, sobre a ida à Moita dos TCB, o que vão ter é o prolongamento de duas carreiras. Essa alteração não deve de significar, um grande número de aumento de autocarros.

O primeiro problema que tem que ser resolvido com o “novo” governo é o da Lei das Finanças Locais.

Consegue com a análise feita provar que nas autarquias se trabalha mais e melhor.

Os funcionários públicos em 4 anos viram uma redução nos seus salários de cerca de 25%.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, a extensão do serviço dos TCB à Moita deverá iniciar após o período das férias escolares.

Sobre a Formação Profissional diz que quer prosseguir com a formação dos trabalhadores adequada com as funções a desempenhar.

O Partido Socialista foi a única força política que votou contra o orçamento da câmara do Barreiro e dos TCB em 2014.

A VEREADORA SÓNIA LOPO – reforça a redução no âmbito global da receita dos municípios, que implica uma redução no investimento, e estão a falar de 280%.

Os impostos diretos (IMI, IUC; IMT, DERRAMA), entre 2010 e 2015, no total acumulado foi apenas 245 mil euros. Em contrapartida os Impostos Indiretos tiveram entre 2010 e 2015, no total acumulado, menos 2 milhões.

A Associação Nacional Municípios Portugueses vem requerer entre outras coisas a reposição da taxa do IVA, na questão da iluminação pública e dos transportes escolares. No Barreiro nestes últimos anos só o aumento de iluminação pública foi 1,200,000, não está a referir a totalidade do Pagamento com a eletricidade.

O Barreiro está em 17º lugar como o município com maior independência financeira.

O VEREADOR RUI LOPO - a extensão da carreira 1 e 2 é que vai passar a ir à Baixa da Banheira, Alhos Vedros e Vale da Amoreira.

As carreiras vão sofrer alterações durante o mês de Dezembro.

A Moita assume a responsabilidade dos títulos.

A rubrica da formação tem 40 mil euros.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos pelas 2 horas e 37 minutos do dia 21 de novembro de 2015, constando a gravação áudio desta sessão arquivada, nos serviços da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, se lavrou a presente ata que após lida e aprovada por **MAIORIA** na reunião ordinária realizada em **7 de setembro de 2017**, vai ser assinada por mim Ana Paula Monteiro, Assistente *Paula Monteiro* que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Frederico Fernandes Pereira.

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico F. Pereira